

Martini Meat S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais Paranaguá - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	40.918	1.024	Fornecedores	18	99.660	5.336
Aplicações financeiras	8	-	10.138	Financiamentos e empréstimos	16	19.185	10.319
Contas a receber de clientes	9	17.742	8.172	Salários e encargos a pagar	17	6.399	3.126
Impostos a recuperar	10	1.548	166	Impostos e contribuições a recolher		1.393	1.135
Outras contas a receber		3.376	930	Imposto de renda e contribuição social		1.065	1.335
Outros ativos		1.126	578	Dividendos a pagar	11 e 20.b	1.000	2.522
		<u>64.710</u>	<u>21.008</u>	Passivos de arrendamentos	15.b	5.375	4.743
				Outras contas a pagar		106	103
						<u>134.183</u>	<u>28.619</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras.	8	8.974	1.540	Fornecedores	18	58.684	-
Outras contas a receber		120	28	Financiamentos e empréstimos	16	170.778	1.555
Depósitos judiciais	25	163	1.473	Impostos e contribuições a recolher		39	73
Impostos a recuperar	10	1.517	1.440	Imposto de renda e contribuição social		923	1.268
Propriedades para investimento	12	8.300	8.300	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	12.512	14.578
Imobilizado	13	421.759	140.645	Passivos de arrendamentos	15.b	25.079	23.100
Intangível	14	4.418	4.326			<u>268.015</u>	<u>40.574</u>
Ativos de direito de uso	15.a	26.954	25.043				
		<u>472.205</u>	<u>182.795</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	20.a	78.169	81.272
				Reservas de lucros	20.b	51.116	47.866
				Ajuste de avaliação patrimonial	20.c	5.432	5.472
						<u>134.717</u>	<u>134.610</u>
		<u>536.915</u>	<u>203.803</u>			<u>536.915</u>	<u>203.803</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de venda	21	120.009	107.426
Custos dos serviços prestados	22	<u>(78.493)</u>	<u>(72.886)</u>
Lucro bruto		41.516	34.540
(Despesas) receitas operacionais			
Vendas	22	(915)	(387)
Administrativas e gerais	22	(20.713)	(9.907)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	9 e 22	(85)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	<u>1.832</u>	<u>(326)</u>
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		<u>21.635</u>	<u>23.920</u>
Receitas financeiras	23	7.561	528
Despesas financeiras	23	<u>(22.886)</u>	<u>(8.539)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(15.325)</u>	<u>(8.011)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>6.310</u>	<u>15.909</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19.a	2.066	(96)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19.a	<u>(4.166)</u>	<u>(5.196)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>4.210</u></u>	<u><u>10.617</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.210	10.617
Outros resultados abrangentes	-	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente do exercício	<u>4.210</u>	<u>10.617</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		46.404	3.407	35.636	5.515	-	90.962
Redução de capital		34.868	-	-	-	-	34.868
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	20.c	-	-	43	(43)	-	-
Lucro líquido do exercício						10.617	10.617
Destinações:							
Reserva legal	20.b	-	531	-	-	(531)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.b	-	-	-	-	(2.522)	(2.522)
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	-	(42)	(42)
Dividendos revertidos para reserva de lucros	20.b	-	-	727	-	-	727
Reserva para retenção de lucros	20.b	-	-	7.522	-	(7.522)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		81.272	3.938	43.929	5.472	-	134.610
Redução de capital	20.a	(3.103)	-	-	-	-	(3.103)
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	20.c	-	-	40	(40)	-	-
Lucro líquido do exercício						4.210	4.210
Destinações:							
Reserva legal	20.b	-	212	-	-	(212)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.b	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Reserva para retenção de lucros	20.b	-	-	2.998	-	(2.998)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>78.169</u>	<u>4.150</u>	<u>46.966</u>	<u>5.432</u>	<u>-</u>	<u>134.717</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.310	15.909
<i>Ajustes por:</i>			
Depreciação e amortização	13 e 14	12.305	9.160
Depreciação do ativo de direito de uso	15.a	6.884	6.093
Despesas de juros de arrendamento	15.b	2.879	2.787
Custo residual do ativos imobilizados alienados ou baixados	13	438	870
Perda por redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	9	85	-
Provisões para litígios	25	2.550	1.020
Juros sobre empréstimos	16 e 23	14.511	4.674
		<u>45.962</u>	<u>40.513</u>
<i>Variações nos ativos e passivos:</i>			
Contas a receber		(9.655)	3.956
Impostos a recuperar		(1.459)	(374)
Outros ativos		(548)	(44)
Outras contas a receber		(2.538)	508
Depósitos judiciais		(1.240)	(1.130)
Fornecedores		(52.105)	(1.692)
Impostos e contribuições a recolher		(864)	(4.924)
Salários e encargos a pagar		3.273	190
Pagamento de litígios	25	-	(443)
Outras contas a pagar		3	(24)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.693)	(238)
		<u>(22.864)</u>	<u>36.298</u>
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		<u>(22.864)</u>	<u>36.298</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	13	(88.431)	(7.038)
Aplicações financeiras		2.704	(11.677)
Aquisições de intangível	14	(405)	(68)
		<u>(86.132)</u>	<u>(18.784)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		<u>(86.132)</u>	<u>(18.784)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos distribuídos	20.b	(5.625)	(444)
Aumento de capital social	20.a	-	34.868
Captação de empréstimos e financiamentos	16	190.000	8.866
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(10.231)	(60.555)
Pagamento passivos de arrendamentos	15.b	(9.063)	(7.999)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(16.191)	(4.019)
		<u>148.890</u>	<u>(29.283)</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos		<u>148.890</u>	<u>(29.283)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>39.894</u>	<u>(11.768)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	7	1.024	12.792
No fim do exercício	7	40.918	1.024
		<u>39.894</u>	<u>(11.768)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>39.894</u>	<u>(11.768)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Martini Meat” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na BR 277, KM 6, em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluídos produtos congelados e resfriados, *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costuras de sacos, unitização e desunitização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios.

A Martini Meat possui armazéns nas localidades de Paranaguá/PR, Ponta Grossa/PR, Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

1.1 Venda de participação societária

Em 11 de novembro de 2021, os acionistas Novo Oriente Participações Ltda, cuja participação era de 99,58% (46.211.277 ações) e Sr. Celso Antonio Frare, com participação de 0,42% (192.490 ações) venderam suas ações para a empresa DMX Logística Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Bertolino Serpa, nº 250, controlada pela empresa Ecla Brazil Holdings Ltda. que passou a ser sócia ingressante e acionista majoritária com participação de 100% na Companhia.

1.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, o Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 67.652 (R\$ 7.611 em 31 de dezembro de 2021). O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é decorrente das obrigações de pagamentos aos vendedores dos armazéns denominados Recife 1 e Recife 2, adquiridos entre julho e novembro de 2022. Essas transações geraram um passivo (fornecedor) de aproximadamente R\$ 282 milhões, sendo que no passivo circulante representa aproximadamente R\$ 88 milhões.

Em dezembro de 2022, a Martini Meat, havia assinado o Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI 2), que disponibilizou o montante total de R\$ 80.000. Como eventos subsequentes o montante bruto de R\$ 50.000 (R\$ 47.175 – valor líquido recebido na conta corrente após o pagamento de despesa de estruturação do CRI, fundo de reserva e fundo de despesas) foi captado em janeiro de 2023, sendo aplicado diretamente no pagamento de parte da dívida de curto prazo. Já está programado o recebimento do saldo o remanescente de R\$ 30.000 a partir do mês de maio 2023, montante que também será aplicado no pagamento da dívida de curto prazo.

Com as estratégias de captação acima, a Companhia, basicamente diluirá o pagamento da dívida financeira de curto prazo para um período de aproximadamente 7 anos com a captação pelo CRI.

A partir desse cenário e com os planos estratégicos de gestão financeira, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material, eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** – prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 13** – determinação das vidas úteis do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 19** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Notas explicativas 25** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 12 - propriedade para investimento; e

Nota explicativa 24 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e

passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas aos contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 21.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui benefícios a empregados de longo prazo.

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

e. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os dois exercícios apresentados são as seguintes:

Edificações	2% a 4% a.a
Veículos e tratores	6% a 17% a.a
Máquinas e equipamentos	8% a 17% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Outros	4% a 25% a.a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Intangível

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas para os direitos de uso de software são de 5 anos em média (20% a.a.).

h. Propriedades para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita de aluguel, durante o prazo de arrendamento.

i. Instrumentos financeiros

(iii) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(iv) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Todos os ativos financeiros da Companhia atualmente estão mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um

determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado e são subsequentemente mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vi) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

l. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

m. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está

localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo

equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

n. Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Novos requerimentos atualmente vigentes

Esta tabela apresenta uma lista das recentes alterações nas Normas que devem ser aplicadas por uma Entidade com períodos de reporte anual iniciados em 1º de janeiro de 2022.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
	Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020
	Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
	Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

Futuros requerimentos

A tabela a seguir apresenta uma lista das alterações recentes nas Normas que deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2022 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)177
	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro
	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)
	Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)
	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)
Disponível para adoção opcional/data efetiva diferida por tempo indeterminado	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	61	351
Aplicações financeiras (i)	<u>40.857</u>	<u>673</u>
	<u>40.918</u>	<u>1.024</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos (CDB's) e compromissadas de terceiros remunerados à taxa média de 85% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (60% em 2021) e que apresentam liquidez imediata.

8 Aplicações financeiras

Em 2022, o saldo de R\$ 8.974 refere-se a fundo de reserva remunerada a taxa 95,25% CDI vinculado como conta garantidora da securitizadora que intermediou a captação do Certificado de recebíveis imobiliários (CRI), no montante de R\$ 190.000. O saldo aplicado tem objetivo de liquidar eventuais obrigações de pagamentos de principal, juros, juros de mora, despesas acessórias da operação, entre outros que, por qualquer motivo, venham a não ser liquidadas pela Companhia. Este valor fica retido na conta, em forma de aplicação financeira, sendo autorizada a liberação do valor residual da aplicação no final do contrato.

Em 2021, o saldo de R\$ 11.678 em 2021 estava composto por aplicações em certificados de depósitos (CDB's) e compromissadas de terceiros remunerados à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que atendem obrigação exclusivas e estão vinculadas como garantia de empréstimos.

9 Contas a receber de clientes

	2022	2021
No país	17.808	8.200
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(66)</u>	<u>(28)</u>
	<u>17.742</u>	<u>8.172</u>
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	2022	2021
Saldo inicial	(28)	(28)
Adições	(85)	-
Baixas	<u>47</u>	<u>-</u>
	<u>(66)</u>	<u>(28)</u>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Exercícios	Saldo a vencer	Saldo vencido				Provisão para perdas	Total
		< 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias		
31/12/2022	16.999	449	287	7	66	(66)	17.742
31/12/2021	8.154	18	-	-	28	(28)	8.172

10 Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS e COFINS a recuperar	1.707	1.606
Inss a recuperar	847	-
IRRF sobre aplicações financeiras	511	-
	3.065	1.606
Circulante	1.548	166
Não circulante	1.517	1.440

11 Transações com partes relacionadas

	2022	2021
Dividendos a pagar		
DMX Logística Ltda. (nota explicativa 20.b)	873	2.522
	873	2.522

a. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 3.822 (R\$ 504 em 2021). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

12 Propriedades para investimento

Referem-se a 4 terrenos localizados em Paranaguá/PR não destinados ao uso da Companhia em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização de capital. A Companhia optou pelo método de mensuração a custo. A mensuração do valor justo dos terrenos classificados como propriedade para investimento é de R\$ 14.550, sendo que pela análise de sensibilidade preparada pela administração, não houve variação significativa no valor justo desde a última mensuração por laudo de avaliação. O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por estudos internos da Companhia, subsidiado por atualização de sensibilidade sobre laudo de avaliação preparado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

13 Imobilizado

a. Composição

	2022		2021		% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações	399.043	(30.358)	368.685	90.613	2 a 4
Veículos e tratores	3.536	(2.072)	1.464	1.240	6 a 17
Máquinas e equipamentos	84.884	(52.537)	32.347	36.659	8 a 17
Móveis e utensílios	2.136	(1.832)	304	343	10
Obras em andamento	7.797	-	7.797	641	-
Terrenos	7.657	-	7.657	7.657	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.549	(13.044)	3.505	3.492	4 a 25
	521.602	(99.843)	421.759	140.645	

b. Movimentação

Classes do imobilizado	2021 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022					
	Líquido	Aquisições (*)	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	90.613	283.887	-	640	(6.456)	368.685
Veículos e tratores	1.240	423	(1)	-	(197)	1.464
Máquinas e equipamentos	36.659	880	(431)	-	(4.761)	32.347
Móveis e utensílios	343	49	-	-	(88)	304
Obras em andamento	641	7.797	-	(640)	-	7.797
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	3.492	508	(6)	-	(489)	3.505
	140.645	293.544	(438)	-	(11.991)	421.759

(*) O saldo de aquisições refere-se, substancialmente, a aquisição de 2 armazéns frigoríficos localizados na região nordeste do Brasil para ampliação do volume de faturamento. Os armazéns denominados Recife 1 e Recife 2, que tiveram sua captação nos montantes de R\$ 127 milhões e R\$ 145 milhões, respectivamente.

Classes do imobilizado	2020 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021					
	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	90.681	2.711	-	18	(2.797)	90.613
Veículos e tratores	1.393	-	(3)	-	(150)	1.240
Máquinas e equipamentos	39.143	3.224	(528)	64	(5.244)	36.659
Móveis e utensílios	415	39	(1)	-	(110)	343
Obras em andamento	152	908	(337)	(82)	-	641
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	3.770	157	(2)	4	(437)	3.492
	143.211	7.039	(871)	4	(8.738)	140.645

c. Revisão da vida útil estimada e recuperabilidade dos ativos

A Companhia, ao final de cada exercício social, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Anualmente, a Companhia revisa o valor estimado de recuperação do seu ativo imobilizado. A Administração não identificou indicativo da necessidade de registro de provisão para ajuste do valor de realização (“*impairment*”).

14 Intangível

a. Composição

	2022			2021		% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido		
Intangível						
Ágio	3.675	-	3.675	3.675	-	
Direitos de software	17.612	(16.869)	743	651	20	
	21.287	(16.869)	4.418	4.326		

b. Movimentação

	2021	Movimentação até 31 de dezembro de 2021			2022
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Classes do intangível					
Ágio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	651	405	-	(313)	743
	4.326	405	-	(313)	4.418
	2020	Movimentação até 31 de dezembro de 2021			2021
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Classes do intangível					
Ágio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	1.008	68	(4)	(421)	651
	4.683	68	(4)	(421)	4.326

Ágio na aquisição - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

Teste por redução ao valor recuperável (ágio)

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o teste de impairment do ágio por expectativa de rentabilidade futura e o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil.

15 Arrendamentos

c. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a edificações e veículos arrendados estão apresentados abaixo:

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2022	23.959	969	115	25.043
Depreciação	(6.372)	(348)	(164)	(6.884)
Remensuração	8.076	(540)	282	7.818
Novos contratos	902	-	75	977
Transferência	102	(81)	(21)	-
Em 31 de dezembro de 2022	26.669	-	285	26.954
	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2021	25.342	891	49	26.282
Depreciação	(5.139)	(891)	(63)	(6.093)
Remensuração	3.756	969	129	4.854
Em 31 de dezembro de 2021	23.959	969	115	25.043

d. Passivo de arrendamentos

As taxas médias de descontos usadas foram de 11,10% (9,94% em 2021) por ano para edificações. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia.

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2022	26.753	969	120	27.843
Pagamento do arrendamento	(8.517)	(371)	(175)	(9.063)
Juros apurados	2.846	20	14	2.879
Remensuração (a)	8.076	(540)	282	7.818
Novos contratos	902	-	75	977
Transferências	104	(78)	(26)	-
Em 31 de dezembro de 2022	30.164	-	290	30.454
Circulante	5.314	-	61	5.375
Não circulante	24.850	-	229	25.079

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2021	27.258	891	52	28.201
Pagamento do arrendamento	(7.007)	(924)	(69)	(7.999)
Juros apurados	2.746	33	8	2.787
Novos contratos	3.756	969	129	4.854
Em 31 de dezembro de 2021	26.753	969	120	27.843
Circulante	3.865	807	71	4.743
Não circulante	22.888	162	49	23.100

- a) Remensuração devido ao reajuste de aluguel no contrato do armazém Itajaí 2, para o qual está alugado 100% do espaço físico.

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade (em moeda nacional)	Encargos	Vencimento	2022	2021
Certificado de recebíveis imobiliários (a)	Selic +4% a.a.	Até 2028	188.456	-
Financiamentos	1,2% a.m.	Até 2024	1.507	2.196
Capital de giro	1,0% a.m.	Até 2022	-	9.678
Total			189.963	11.874
Circulante			19.185	10.319
Não circulante			170.778	1.555

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	2022	2021
Saldo inicial	11.874	62.908
Novas captações (a)	190.000	8.866
Pagamento de principal	(10.231)	(60.555)
Juros pagos sobre empréstimos	(16.191)	(4.019)
Juros provisionados sobre empréstimos (nota 23)	14.511	4.674
Saldo final	189.963	11.874

- (a) Certificados de recebíveis imobiliários – captação de recurso destinado a aquisições imobiliárias. O contrato inclui cláusulas contratuais restritivas (*covenants* financeiros), que devem ser aferidos ao final de cada exercício social, iniciando-se em 31 de dezembro de 2022. Os índices devem ser calculados com base no balanço das demonstrações financeiras combinadas da Companhia, da controladora DMX Logística Ltda, e do Fiador, ECLA Brazil Holdings Ltda. (controladora da DMX). Os *covenants* financeiros são os seguintes:
- (i) A razão entre EBTIDA / Despesas Financeiras Líquidas: igual ou superior a 1,35 (um inteiro e trinta e cinco centésimos);
 - (ii) A razão entre a Dívida Bancária Líquida e o EBITDA: igual ou inferior a 4,50 (quatro inteiros e cinquenta centésimos);
 - (iii) Posição de Caixa e Equivalentes de Caixa igual ou superior a R\$ 6.000 ao final de cada exercício fiscal.

Adicionalmente, conforme o termo de securitização de créditos imobiliários, na cláusula 7.4.3, há um *covenant* financeiro adicional, com aferição em até 3 dias úteis antes da data de pagamento dos CRI, ocorrendo no mês de julho de cada ano. A Companhia deverá enviar para a securitizadora e para o agente fiduciário, anualmente, um laudo de avaliação atualizado dos imóveis objeto do CRI. A securitizadora realizará a verificação da razão entre o somatório do valor de mercado dos imóveis em cada Contrato e o saldo devedor dos CRI que deverá, dentro do prazo previsto na Escritura de Emissão de Debêntures e vigência da Emissão. Essa razão deve corresponder, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos). A primeira aferição deve acontecer em julho de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu os *covenants* financeiros acima.

Vencimentos a longo prazo

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	2022	2021
2023	-	710
2024	38.244	845
2025	37.898	-
2026	37.898	-
2027	37.898	-
2028	18.840	-
	<u>170.778</u>	<u>1.555</u>

O empréstimo de crédito de recebimento imobiliário (CRI) possui como garantias os imóveis comprados denominados internamente como Recife 1 e Recife 2 e recebíveis.

17 Salários e encargos sociais

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	2022	2021
Salários e férias a pagar	5.328	2.456
INSS	631	455
IRRF	243	77
FGTS	198	138
	<u>6.399</u>	<u>3.126</u>

18 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	11.531	5.336
Aquisição de imóveis	146.813	-
	<u>158.344</u>	<u>5.336</u>
Circulante	99.660	5.336
Não circulante	58.684	-

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia. A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	2022	2021
Diferenças temporárias		
Provisão de contingências	2.741	1.874
Ágio Refribras	1.554	1.483
Ativos de direito de uso	929	675
Custos dos empréstimos	(25)	(52)
Ativo imobilizado – custo atribuído	(2.797)	(2.818)
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação)	(15.884)	(15.773)
Outros	970	33
	(12.512)	(14.578)

b. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2022	2021
Resultado antes dos impostos	6.310	15.909
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(2.145)	(5.409)
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Despesas indedutíveis	-	1
Exclusões permanentes	45	116
	(2.100)	(5.292)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	2.066	(96)
Corrente	(4.166)	(5.196)
IRPJ e CSLL no resultado	(2.100)	(5.292)
Alíquota efetiva	33,3%	33,3%

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2022, através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a Companhia aprovou a redução do capital social no montante de R\$ 3.103, mediante à compensação com saldo de dividendos a pagar, correspondente a 3.103.135 ações ordinárias. Em razão da redução, o capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é representado por 78.169.200 ações com valor nominal de R\$ 1 cada, que representam o valor total de R\$ 78.169 (R\$ 81.272 em 2021) pertencentes a DMX Logística Ltda, cuja participação é de 100%.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.210	10.617
Reserva legal - 5%	(211)	(531)
Base de cálculo dos dividendos	3.999	10.086
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	1.000	2.522

A seguir está apresenta a movimentação dos saldos de dividendos a pagar durante o exercício de 2022:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Antecipação de dividendos paga</u>	<u>Redução de capital</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2022</u>
<i>Dividendos a pagar</i>	2.522	(5.625)	3.103	1.000	1.000

Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2022 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

(iii) *Ajuste de avaliação patrimonial*

Ajuste de avaliação patrimonial incluem a variação líquida acumulada do valor justo para itens do imobilizado disponíveis para a operação da Companhia até que os ativos sofram redução do valor justo pela depreciação e amortização.

21 Receita líquida de prestação de serviços

a. Fluxo de receitas

A Companhia gera receita pela prestação de serviço de armazenamento e locação de imóveis e equipamentos.

	2021	2021
Serviços prestados		
Receita de armazenamento	116.180	107.450
Receita de locação de imóveis e equipamentos	21.064	15.165
	137.644	122.615
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(17.123)	(15.021)
Devoluções e abatimentos	(112)	(168)
	(17.235)	(15.189)
	120.009	107.426

b. Mensuração e reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita de armazenamento	A obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo, ou seja, durante a prestação do serviço de armazenamento. Os pagamentos dependem de negociação específica com cada cliente, entretanto, são realizados, normalmente, durante o período de armazenamento.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do trabalho realizado
Receita de locação de imóveis e equipamentos	As receitas são realizadas mensalmente pelo pagamento dos imóveis e equipamentos locados.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os ativos são locados.

22 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

Os custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos é o seguinte:

	2022	2021
Despesa com benefícios a empregados	(36.869)	(25.573)
Despesas com energia elétrica	(13.012)	(11.762)
Despesas de depreciação e amortização	(12.305)	(9.160)
Fretes	(3.815)	(8.985)
Manutenção e reparos	(7.389)	(6.323)
Depreciação – direito de uso	(6.884)	(6.093)
Serviços de terceiros	(6.947)	(5.203)
Combustíveis e lubrificantes	(2.150)	(1.361)
Embalagens	(1.549)	(1.685)
Seguros	(1.510)	(1.288)
Comissão sobre vendas	(1.457)	(1.564)
Vigilância e segurança	(1.155)	(1.083)
Locação de imóveis e equipamentos	(550)	(221)
Outros	(2.782)	(3.205)
	<u>(98.374)</u>	<u>(83.506)</u>
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função		
Custos dos serviços prestados	(78.493)	(72.886)
Despesas com vendas	(915)	(387)
Despesas administrativas e gerais	(20.713)	(9.907)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(85)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.832	(326)
	<u>(98.374)</u>	<u>(83.506)</u>

23 Despesas financeiras, líquidas

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 16)	(14.511)	(4.674)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(261)	(347)
Juros de arrendamentos (nota explicativa 15)	(2.879)	(2.787)
Variação cambial, líquida	(1.409)	(658)
Outros	(3.825)	(73)
	<u>(22.886)</u>	<u>(8.539)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	7.561	528
	<u>7.561</u>	<u>528</u>
	<u>(15.325)</u>	<u>(8.011)</u>

24 Instrumentos financeiros

c. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2022		2021	
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	40.918	-	40.918	1.024
Aplicações financeiras	8	8.974	-	8.974	11.678
Contas a receber de clientes	9	17.742	-	17.742	8.172
		67.634	-	67.634	20.874
Passivos					
Fornecedores	18	-	158.344	158.344	5.336
Empréstimos e financiamentos	16	-	191.507	191.507	11.874
Passivo de arrendamentos	15.b	-	30.454	30.454	27.843
		-	380.305	380.305	45.053

d. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre contas a receber de clientes reconhecidas no resultado estão divulgadas na nota 9.

Caixa e equivalentes de caixa - A Companhia detém ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 40.918 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.024 em 2021). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AAA baseado na agência Fitch Ratings.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O vencimento contratual de empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 16.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(v) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com taxas pré e pós fixadas conforme descrito na nota 16.

A análise de sensibilidade de risco de taxa de juros é realizada para um horizonte de 12 meses. Os valores referentes aos cenários significam a despesa total de juros flutuantes caso ocorra uma variação de 15% e 30% nessas taxas de juros, respectivamente, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Modalidade (em moeda nacional)	Posição em 31/12/2022		Aumento de 15% dos encargos		Redução de 30% dos encargos	
	Encargos	Principal R\$	Encargos	R\$	Encargos	R\$
Crédito recebíveis imobiliários	CDI* + 4% a.a	(190.000)	15,81%	(3.918)	17,88%	(7.837)
Financiamentos	1,2% a.m	<u>(1.507)</u>	1,38%	<u>(33)</u>	1,56%	<u>(65)</u>
		<u>(191.507)</u>		<u>(3.951)</u>		<u>(7.902)</u>

* O encargo da SELIC foi considerado como base 13,75% a.a.

25 Provisão para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, realiza a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, como segue:

	2022			2021
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	(309)	772	(463)	484
Tributárias	(7.753)	7.454	299	989
	(8.062)	8.226	(163)	1.473

Movimentação da provisão

	2022			
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	(309)	-	-	(309)
Tributárias	(5.203)	(2.550)	-	(7.753)
	(5.512)	(2.550)	-	(8.062)

	2021			
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	(678)	(74)	443	(309)
Tributárias	(4.257)	(946)	-	(5.203)
	(4.935)	(1.020)	443	(5.512)

Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante estimado de R\$ 9.766 (R\$ 9.305 em 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, as quais não requerem sua contabilização.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros patrimonial está composta por R\$ 343.656 para danos materiais, sendo R\$ 122.959 para cobertura predial, R\$ 83.186 para máquinas,

móveis e utensílios, R\$ 139.834 para estoques de mercadorias e R\$ 66.311 para cobertura de lucros cessantes.

27 Transações que não envolveram movimentação de caixa

Aquisições do ativo imobilizado

Do montante total das adições de ativo imobilizado de 2022, descritas na nota explicativa 13, o valor de R\$ 216.528 foi financiado por fornecedores, para os quais ainda não ocorreu o pagamento em decorrência dos prazos de vencimento. Consequentemente esta transação ainda não afetou o caixa da Companhia.

Redução de capital

Conforme a nota explicativa 20.a, em 2022 houve redução de capital no montante de R\$ 3.103. Este montante foi integralmente compensado com antecipações de dividendos realizadas durante o exercício e com dividendos a pagar registrado em exercícios anteriores. Portanto, não houve impacto nas movimentações de caixa da Companhia.

28 Eventos subsequentes

Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária

No dia 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Administração da Companhia analisou as decisões individuais transitadas em julgado sobre seus processos, e não identificou nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento a partir da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.

Covenants CRI 2

O CRI 2 tem uma previsão contratual que determina que a Companhia deveria transferir a titularidade de certos arrendamentos adquiridos até 28 de fevereiro de 2023. Entretanto, para um dos arrendamentos não foi possível obter a transferência definitiva da titularidade até aquela data. Neste contexto, o contrato define que os credores poderiam declarar o vencimento antecipado em assembleia. No entanto em 26 de abril de 2023, a controlada Martini Meat obteve a confirmação definitiva de que o referido passivo financeiro não foi declarado vencido antecipadamente, mantendo assim a perspectiva dos fluxos financeiros esperados para manutenção da continuidade operacional do Grupo.

* * *